



OGE  
FLS. 07

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC n.**

**UNIDADE:** Diretoria de Ensino Centro

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Educação

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por

JS

**DECISÃO OGE/LAI n.º 014/2016**

1. Tratam os presentes autos de pedido à Diretoria de Ensino Centro, número SIC em epígrafe, sobre denúncia referente à Escola Estadual Mauro de Oliveira.
2. O ente público demandado apresentou as informações cabíveis, tendo explanado que o Diretor da Unidade de Ensino foi orientado a notificar o servidor responsável pela zeladoria, sobre a necessidade de apagar todas as luzes do prédio ao final do expediente, a fim de evitar desperdício de energia, assim sendo feito.
3. Em sede de 1ª instância, a cidadã apenas reitera a denúncia, afirmando que a situação narrada perdura, tendo o recurso sido deferido pelo ente público provocado, explanando que uma apuração sobre os fatos será solicitada.
4. Ainda insatisfeita, a recorrente interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
5. Ressalte-se que a Lei Federal n. 12.527/2011 visa a assegurar precipuamente o acesso público aos documentos e informações sob custódia da Administração Pública, conforme as definições de seu artigo 4.º, incisos I e II:  
*“I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;  
II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;”.*
6. Veja-se o entendimento da Controladoria Geral da União: “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

5

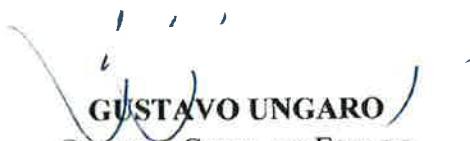


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

OGE 08  
F.L.S.

7. Nada impede, sendo mesmo salutar, que o órgão demandado esclareça dúvidas sempre que possível, tendo sido esse o louvável caminho trilhado pela Diretoria de Ensino demandada, prestando as devidas contas das providências adotadas para a solução do problema narrado. Inevitável, contudo, a conclusão de que, nesses casos, o objeto do recurso não encontra respaldo na legislação vigente, limitando-se as hipóteses recursais cabíveis àquelas expressamente previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, que regulamenta a Lei.
8. Diante do exposto, considerando que a providência cabível foi adotada pelo ente público recorrido, atendendo aos anseios da recorrente, **conheço do recurso**, por tempestiva apresentação, para, no mérito, **negar-lhe provimento**, vez que restaram ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, alterado pelo Decreto nº 61.175/2015.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 26 de janeiro de 2016.

  
GUSTAVO UNGARO  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

FPRM